



Correio Manhã

16-07-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Saúde

Dimensão: 887

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/18

DESPESAS
140 milhões
escapam
na Saúde
PÁG. 18

SAÚDE ■ HOSPITAIS RECORREM A ESQUEMAS PARA ADIAR PAGAMENTOS



Há doentes que necessitam de receber material clínico que normalmente é de valor muito elevado, devido à inovação e tecnologia

Fuga à despesa vale 140 milhões

■ As empresas fornecem o material que é pago por vezes só no ano seguinte

● CRISTINA SERRA

Há hospitais públicos que recorrem à consignação no caso dos dispositivos clínicos, um esquema que permite às unidades adiar o pagamento do material e transferir custos para as empresas. Os montantes rondam os 140 milhões de euros por ano.

“A responsabilidade do risco passa para a empresa. Há custos de armazenamento [“stockagem”], o material está parado mas foi pago pela empresa, por vezes com juros, e há dispositivos muito caros

Ministério quer controlar dispositivos como fez com os remédios

devido à inovação e à tecnologia”, afirmou ao CM o administrador de um dos maiores hospitais públicos do País, que pediu para não ser identificado. Neste caso, os dispositivos que estão à consignação representam uma despesa de 6,5 milhões de euros por ano, cinco por cento dos 130 milhões de euros da despesa anual com as compras. Os dispositivos mais caros são da área cirúrgica, como próteses ortopédicas ou material do foro cardiológico, incluindo os pacemakers. “É possível que haja hospitais a aproveitar a situação, mas es-

🔍 PORMENORES

30% dos 800 mil dispositivos existentes foram codificados pela Autoridade Nacional do Medicamento. A medida visa combater a fraude no Serviço Nacional de Saúde.

● NEGOCIAÇÃO LIMITADA

Em caso de consignação, o hospital só paga o material após a sua utilização. Contudo, a facilidade dada pela empresa limita a unidade hospitalar de negociar uma baixa de preço.

tão a comprometer as finanças do ano seguinte”, sublinhou o administrador, garantindo, contudo, que a consignação é um dos “melhores atos de gestão”.

Marta Temido, presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares, considera ao CM que essa medida é “uma má prática”, porque adia uma despesa que deve ser feita pelos hospitais. O Ministério da Saúde quer controlar os dispositivos como fez com os medicamentos, tendo já iniciado o processo de codificação do material. A Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos, que representa o setor, não quis comentar. ■